



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16406 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

DIREITO A EDUCAÇÃO PARA ESTUDANTES TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS

Amélia Tereza Santa Rosa Maraux - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

DIREITO A EDUCAÇÃO PARA ESTUDANTES TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS

1 INTRODUÇÃO

Passado dezoito anos de institucionalização das políticas de ações afirmativas, a Uneb dá um passo importante no aprofundamento de sua política de inclusão, possibilitando um espaço de debate em torno de questões políticas e acadêmicas que envolviam a problemática do acesso ao ensino superior por diversos segmentos sociais historicamente excluídos os quais as políticas de ações afirmativas ainda não haviam alcançado. Foi estabelecido, dessa forma, importante debate com os movimentos sociais, o qual terminou por resultar na ampliação do seu sistema de cotas através da Resolução Nº 1.339/2018.

Ficou definido por essa Resolução o acréscimo de 5% de sobrevagas para estudantes quilombolas; 5% para estudantes ciganos(as); 5% para estudantes com deficiência, 5% para estudantes com transtorno do espectro autista, 5% para estudantes com altas habilidades; 5% para estudantes travestis e transexuais mantendo a reserva de 40% para estudantes negras(os) e os 5% de sobrevagas para estudantes indígenas. O sistema de cotas manteve como condição para o ingresso, além da autoidentificação como pertencente aos segmentos sociais definidos pela Resolução, a intersecção com a classe social, com a escolaridade na educação básica pública e com o nível de renda.

O presente texto é resultado da pesquisa desenvolvida no Doutorado em Difusão do Conhecimento da Universidade Federal da Bahia - UFBA sobre os atravessamentos das ações afirmativas nas trajetórias formativas de estudantes

travestis, mulheres e homens transexuais na Universidade do Estado da Bahia - Uneb sob as lentes dos estudos feministas. O referido estudo analisou os processos de implementação das políticas de ações afirmativas na Uneb e a consequente institucionalização do sistema de reserva de vagas para estudantes travestis e transexuais, mostrando que esse é ainda um processo inconcluso. No trabalho ora apresentado, trago um excerto da tese que analisa o processo de ampliação das políticas de ações da Uneb, em 2018, a partir da inclusão de estudantes travestis e transexuais, bem como a repercussão na imprensa sobre essa mudança no sistema de cotas da universidade.

2 A REPERCUSSÃO DA AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNEB EM 2018

O impacto das ações afirmativas no cotidiano acadêmico no período de sua implementação, em 2002, gerou expectativas junto à comunidade universitária, visto a repercussão entre setores e grupos destacados no interior das universidades brasileiras e entre os meios de comunicação, que alegavam um possível rebaixamento da excelência acadêmica e de um possível acirramento da luta racial no Brasil. As controvérsias geradas em torno das cotas, não impactou na decisão tomada pelo conselho universitário da Uneb, que aprovou de maneira inquestionável as ações afirmativas para estudantes negros e negras. A discussão sobre a ampliação do sistema de cotas já vinha sendo pautada na universidade desde 2014, quando foi criada a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas - Proaf. Nesse período, as ações afirmativas na Uneb já haviam completado mais de dez anos e o debate sobre as políticas de ações afirmativas, envolvendo outros segmentos sociais já estava sendo debatido pelos movimentos sociais, a exemplo dos movimentos LGBTQI+, quilombola, pessoas com deficiência, ciganos, entre outros. Internamente, parte do corpo docente, discente e técnico-administrativo que através de seus projetos acadêmicos dialogavam mais diretamente com os movimentos sociais, foram os responsáveis por fazer a mediação entre universidade e as demandas políticas desses grupos.

Em 2017, sua ampliação é pautada no processo eleitoral para a reitoria num debate político tomado pelas questões que envolviam as lutas antirracistas, antissexistas e lgbtfóbicas, visto que os/as candidatos/as se reconheciam como mulheres negras, homem negro e homem branco gay. A pauta sobre representatividade e a ocupação dos espaços de poder na gestão universitária por professoras e professores negras e negros e LGBTQIA+, embora não tenha dominado o debate político, ela se fez presente nas discussões, diferente de eleições passadas, mesmo a que elegeu a primeira reitora negra, Ivete Sacramento. Sem dúvida, os efeitos dos quase 18 anos de ações afirmativas na

universidade e toda discussão política que se desenvolvia na sociedade sobre identidade, representatividade e ocupação dos espaços de poder pelos movimentos sociais negros, feministas, LGBTQIA+, entre outros, ecoaram internamente na universidade e impactaram as eleições de 2017. Ademais, vivíamos naquele momento, uma conjuntura política marcada pelo impeachment que havia deposto a presidenta Dilma Rouseff evocado por uma forte narrativa de cunho sexista e lesbofóbico. As questões de gênero, sexualidade e raça, dominaram o então cenário político e se tornaram centrais no debate em torno da luta democrática naquele momento. Fernando Seffner (2016) analisa que parte da luta foi transferida das arenas identitárias para a arena política mais geral ao tempo em que o campo da educação nesse contexto, foi ganhando importância como terreno de disputa. No que se refere a esse ponto, Seffner (2016) levanta algumas questões que acredito serem importantes para o contexto em análise: o que fez com que temas de gênero e sexualidade aparecessem na hora do voto de impedimento da presidenta e colassem de maneira tão decisiva nas críticas a seu desempenho enquanto gestora do país? Que caminhos levaram nossos temas de pesquisa e estudo para chegar a estes locais? A sua presença em tais arenas estabelece novas conexões políticas e de compreensão das questões de gênero e sexualidade.

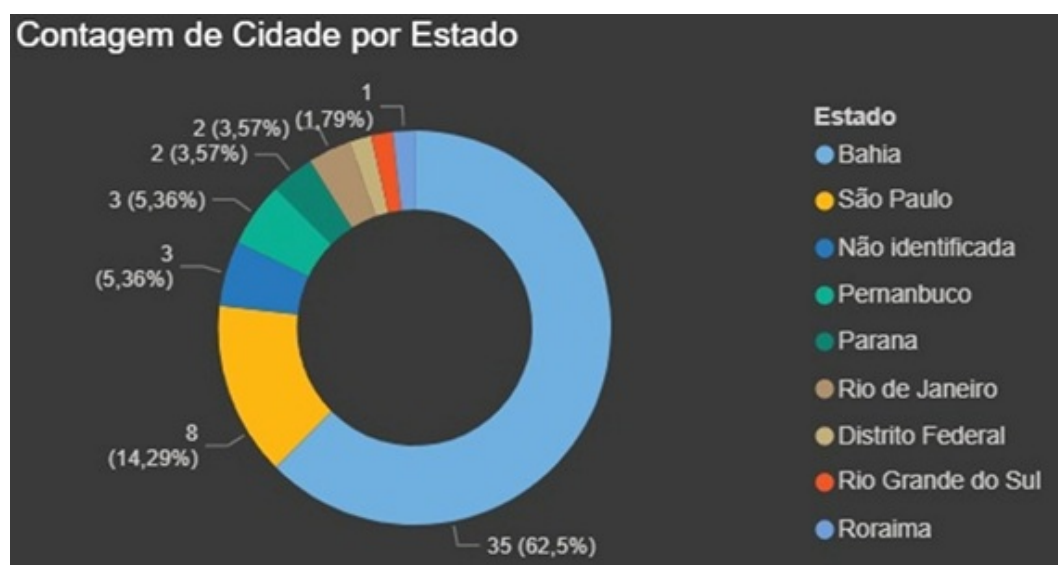
No ano seguinte, em 2018, após a posse do reitor reeleito, homem branco e gay, foi iniciado o processo de implementação da ampliação do sistema de cotas, incluindo estudantes quilombolas, ciganos/as, estudantes com deficiência, espectro autista, altas habilidades e estudantes travestis e transexuais. Como Pró-Reitora da Proaf, estive presente juntamente com toda a equipe da pró-reitoria na condução das discussões sobre a ampliação da política, reunindo setores da universidade e organizações dos movimentos sociais envolvidos na ampliação das cotas e na preparação da proposta que seria encaminhada ao conselho universitário. Foram realizados diversos encontros com esse grupo a fim de levantar proposições acerca do conteúdo do documento a ser encaminhado ao conselho universitário. Essa foi uma experiência rica para a universidade, pois foi possível entender a partir do diálogo com os segmentos sociais envolvidos a importância da política de inclusão e como ela iria impactar nas suas vidas. O desafio posto, sobretudo, seria construir a proposição da política sob a perspectiva interseccional, entendendo que o cruzamento da identidade étnico/racial e de gênero, alinhado as condições socioeconômicas e educacionais, deveriam orientar a construção da proposta.

A discussão no conselho universitário referendou a posição encaminhada pela Proaf e a votação foi unanime pela aprovação da proposta. Os discursos ressaltaram o papel inclusivo da Uneb e seu pioneirismo na implementação das ações afirmativas no Brasil. No que se refere à inclusão de estudantes trans, anterior a essa proposição, o conselho universitário já havia respondido

positivamente ao encaminhamento feito pelo Centro de Estudos em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade – CEGRES/Diadorim acerca da adoção do nome social para estudantes, docentes e pessoal técnico-administrativo, aprovando a Resolução 1.094/2014. Nesse sentido, havia uma ambiência universitária que reconhecia a existência de pessoas trans na Uneb mesmo que a transfobia institucional fosse denunciada em razão da resistência de alguns setores da universidade em reconhecer a identidade de gênero das/os estudantes trans nos registros acadêmicos.

A repercussão da ampliação das ações afirmativas foi imediata e na sequência da aprovação pelo Consu da Resolução 1339/2018 e da posterior publicação no Diário Oficial do Estado da Bahia, em 28 de julho de 2018. Ao contrário em relação à polêmica e questionamentos acerca da legitimidade e legalidade das ações afirmativas raciais, em 2002, a inclusão de outros sujeitos ao sistema de cotas, em 2018, fora noticiada sem problematizações, embora a inclusão de estudantes travestis e transexuais tenha ocupado a maioria das manchetes dos noticiários sobre a ampliação das ações afirmativas. Entre 14 de julho e 02 de agosto de 2018, a universidade foi instada a responder sobre a decisão do conselho universitário, nesse sentido fui designada como pró-reitora da Proaf para atender as solicitações da imprensa sobre a Resolução 1339. A tarefa foi dividida com a Assessoria de Comunicação da Uneb (Ascom) e, em alguns momentos, também com o reitor e as gerentes da Proaf. A ampliação das cotas mobilizou a imprensa baiana e nacional, havendo veículos que noticiaram sobre a aprovação da Resolução 1339, mais de uma vez como foi o caso do G1 (2018) e da Rádio Band News (2018). A Ascom catalogou, cerca de 56 matérias relacionadas a ampliação do sistema de cotas veiculadas pelas mais diversas mídias, como mostra o Infográfico abaixo.

Figura 1 – Número de reportagem sobre cotas na UNEB por cidade



Fonte: ASCOM/Uneb (2018).

publica: “Uneb anuncia sistema de cotas para pessoas trans” (OBSESRVATÓRIO, 2018, online), e a publicação da UNE de São Paulo que informa: “3º Encontro LGBT tem início em Salvador e anuncia cotas para trans na Uneb” (UNE, 2018, online). Em outras manchetes veiculadas, o Z1 Portal de Itatiaia de São Paulo, a Rádio Santa Cruz Am de Ilhéus na Bahia e a A Língua de Petrolina em Pernambuco, a chamada anuncia as cotas para trans e ciganos, sem referência na manchete para os outros beneficiários da ampliação das cotas.

Em geral, as matérias publicadas não trouxeram as indagações ou mesmo a surpresa que as perguntas evidenciaram no momento das entrevistas em que participei. Nelas ficou evidente a perplexidade com que as cotas para estudantes trans foram recebidas pela imprensa. Sem dúvida que os processos históricos de exclusão e marginalização das pessoas travestis e transexuais terminam por construir uma imagem social dessa população relacionada à prostituição e a um não lugar na sociedade. Como analisa Viviane Vergueiro (2018), os corpos e identidades de gênero inconformes a uma norma cisgênera, como é o caso das pessoas trans, vivenciam experiências internas e individuais do gênero sem correspondência direta com o sexo atribuído no nascimento, como vivido pelas pessoas não-transgênera. Como imperativo e dominante, a cisgeneridade enquanto formações corporais e estéticas e identidades de gênero naturalizadas e idealizadas caracterizam como normatividade, identidades de gênero e corporalidades, “através da noção derivada de cisnormatividade” (2018, p. 26).

A maioria da mídia se limitou a veicular a informação sobre a ampliação do sistema de cotas sem tecer considerações, um silêncio obsequioso. Para as/os estudantes trans, ao contrário, a notícia foi recebida com muita alegria e esperança. Manuela Medrado, estudante transgênero, da cidade de Juazeiro na Bahia, que se preparava à época para o vestibular e Enem, considerou que as cotas poderiam permitir o acesso de estudantes trans em cursos concorridos e elitistas, como é o caso do curso de Medicina, disse a estudante: “[...] *Ja gente sabe que a população trans como um todo é sempre muito marginalizada e não tem muita oportunidade de estar concluindo muitas vezes o ensino médio, imagine ingressar no ensino superior*” (Manoela., Entrevista, 2018).

Já a ativista trans Millena Passos, diretora da União Nacional LGBT (UNA) e fundadora da Associação de Travestis e Transexuais de Salvador (Atras), em entrevista ao Jornal A Tarde considerou que as cotas é parte de um processo histórico, vivenciado pelos movimentos sociais trans; “*Na minha época, o curso superior não era um horizonte para pessoas trans. Acompanhar essas transformações me deixa muito feliz. Sei que atenderá muitas pessoas trans que estão nas periferias sendo desencorajadas da escolarização*” (Milena Passos, Entrevista. 2018). Para Sayonara Noguera, vice-presidente do Instituto Brasileiro Trans de Educação - IBTE, ativista e professora trans que desenvolve atividades de

enfrentamento a transfobia no ambiente escolar, a inclusão de estudantes trans no sistema de cotas da Uneb, é um avanço, mas pondera que é necessário o compromisso institucional de enfrentamento a transfobia para a garantia da permanência (2018). De acordo com Sayonara Amaral, a transfobia vivenciada nas primeiras séries escolares interrompe a trajetória dessas/es estudantes, sendo importante que a universidade, nesse momento, se prepare para receber os/as estudantes e também ajudá-los na sua posterior inclusão ao mercado de trabalho.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As universidades estaduais criadas no período da redemocratização do país, foram as responsáveis por ampliar de maneira significativa as vagas no sistema de ensino superior público, além de serem as responsáveis pela implementação das políticas de ações afirmativas sócio-raciais trazendo para o interior das universidades o debate político ensejado pelos movimentos sociais na luta por justiça social, por inclusão educacional. A inclusão de estudantes travestis e transexuais é um marco nesse processo na medida em que evidencia o caráter interseccional das políticas de ações afirmativas e o seu papel para a mudança não apenas do perfil dos/as estudantes universitários, mas, sobretudo, da cultura acadêmica.

A repercussão sobre a implementação das cotas para estudantes travestis e transexuais evidenciou a desnaturalização do lugar de exclusão e subalternização vivenciado por esse segmento social ao visibilizar o direito de acesso ao ensino superior daquelas/es que a história educacional foi de enfrentamento a transfobia institucional, responsável por produzir barreiras em seus percursos escolares. A inclusão educacional possibilitada pelas ações afirmativas de certo não representa a conquista de uma cidadania plena, mas evidencia uma conquista por direitos e justiça social saudada pelos movimentos sociais de travestis e transexuais.

REFERÊNCIAS

A LÍNGUA. **Uneb terá sistema de cotas para trans e ciganos** 24/07/2018.

Disponível em: <https://alingua.com.br/2018/2018/07/24/Uneb-tera-sistema-de-cotas-para-trans-e-ciganos/>.

FOLHA DO ESTADO DA BAHIA. **UNEB**: cotas para trans, ciganos, autistas e PcDs. 24/07/2018. Disponível

em: <http://www.jornalfolhadoestado.com/noticias/80949/Uneb:-cotas-para-trans,-ciganos,-autistas-e-pcds>.

G1. Uneb terá cotas para trans, ciganos, portadores de transtorno do espectro autista e pessoas com deficiência. 23/07/2018. Disponível em:

<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2018/07/23/Uneb-tera-cotas-para-trans-ciganos-portadores-de-transtorno-do-espectro-autista-e-pessoas-com-deficiencia.ghtml>.

G1. Entenda o sistema de cotas da Uneb para trans, ciganos e portadores de transtorno do espectro autista e deficiência. 27/07/2018. Disponível em:(

<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2018/07/27/entenda-o-sistema-de-cotas-da-Uneb-para-trans-ciganos-e-portadores-de-transtorno-do-espectro-autista-e-deficiencia.ghtml>).

MILENA PASSOS. Uneb amplia diversidade de grupos para as cotas. Entrevista. Jornal a Tarde, Salvador, 28/07/18. Disponível em:

<http://atarde.uol.com.br/educacao/noticias/1979335-Uneb-amplia-diversidade-de-grupos-para-as-cotas>.

NOGUEIRA, Sayonara N. B. Monitoramento. *In*: CANTELLI, Andreia L. et al. **As Fronteiras da Educação: a realidade dxs estudantes trans no Brasil.** Instituto Brasileiro Trans de Educação, 2019.

OBSERVATÓRIO G (25/07/18): Uneb anuncia sistema de cotas para pessoas trans [25/07/201 Disponível em:8https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2018/07/Uneb-anuncia-sistema-de-cotas-para-pessoas-trans](https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2018/07/Uneb-anuncia-sistema-de-cotas-para-pessoas-trans).

RÁDIO BAND NEWS. Conselho Universitário da UNEB aprova proposição de reformulação no sistema de cotas. 14/07/2018. Disponível em:(

<http://mdclipweb.midiaclip.com.br/cliente/clipping.aspx?cd=12018197596&mod=3&cliente=1201285&tok=3EF815416F775098FE977004015C6193>)

RÁDIO BAND NEWS. UNEB aprova a proposição da Pró-reitoria de ações afirmativas de reformulação do sistema de cotas das universidades.

15/07/2028. Disponível em: <http://mdclipweb.midiaclip.com.br/cliente/clipping.aspx?cd=12018197913&mod=3&cliente=1201285&tok=3EF815416F775098FE977004015C6193>).

RÁDIO BAND NEWS. Medida aumenta possibilidade do sistema de cotas da Uneb. 17/07/2018. Disponível em:

<http://mdclipweb.midiaclip.com.br/cliente/clipping.aspx?cd=12018200606&mod=3&cliente=1201285&tok=3EF815416F775098FE977004015C6193>.

RÁDIO BAND NEWS. Vagas por cotas na UNEB. 22/07/2018. Disponível em:

<http://mdclipweb.midiaclip.com.br/cliente/clipping.aspx?cd=12018206058&mod=3&cliente=1201285&tok=3EF815416F775098FE977004015C6193>.

RÁDIO SANTA CRUZ AM. Uneb terá sistema de cotas para trans e ciganos.

24/07/2018. Disponível em: <http://mdclipweb.midiaclip.com.br/cliente/clipping.aspx?cd=12018208541&mod=3&cliente=1201285&tok=3EF815416F775098FE977004015C6193>.

SITE TERRA. **Combate à discriminação a transgêneros. 27/07/2018.** Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/universidade-do-estado-da-bahia-tera-cotas-para-transexuais.9dc5aba4f4ee5e9f7d4746516272b40eaeqjip8.html>.

SEFFENER, Fernando. Atravessamento de gênero, sexualidade e educação: tempos difíceis e novas arenas. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-18-G%C3%AAnero-Sexualidade-e-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

UNE. **3º Encontro LGBT tem início em Salvador e anuncia cotas para trans na Uneb.** 27/07/2018. Disponível em: <http://www.une.org.br/noticias/3o-encontro-lgbt-tem-inicio-em-salvador-e-anuncia-cotas-para-trans-na-Uneb/>.

VERGUEIRO, Viviane. **Sou travestis:** estudando a cisgeneridade como uma possibilidade decolonial. 1ª. Ed. – Brasília: padê editorial, 2018.